



CULTURA ESCRITA E INSERÇÃO SOCIAL FEMININA NA COMARCA DO RIO DAS VELHAS (1750-1822)

Silvia Maria Amâncio Rachi Vartuli*
silrachi@yahoo.com.br

* Doutoranda em História da Educação na Faculdade de Educação da UFMG;
bolsista CAPES; Belo Horizonte, MG

Recebido em 30/06/12 – Publicado em 19/10/12

RESUMO:

Este artigo é um recorte da pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais e que pretende investigar a inserção social feminina em Minas Gerais a partir das relações estabelecidas com a cultura escrita. Por meio da análise dos testamentos *post mortem*, pertencentes ao arquivo do Museu do Ouro/IBRAM/Casa Borba Gato em Sabará-MG, da segunda metade do século XVIII e início do século XIX, procuramos evidenciar a atuação das mulheres na sociedade da época. Orientados teórica e metodologicamente pelas análises acerca do conceito de letramento, principalmente a partir do que nos esclarece Magda Becker Soares (1998), Ângela B. Kleiman (1995) e Justino Pereira de Magalhães (1994, 2001), entendemos que as práticas femininas relacionadas ao mundo escrito devem ser abordadas com base em uma perspectiva que valorize as habilidades individuais, os conhecimentos pessoais que são forjados e forjam o cotidiano dos sujeitos.

Palavras-chave: educação, história das mulheres, Minas Colonial

ABSTRACT:

This article is an excerpt from the doctoral research that is being developed at the Federal University of Minas Gerais and want to explain how they processed the social integration of women in Minas Gerais from the relationships established with the written culture. Through the reading of the wills of the second half of the eighteenth and early nineteenth century, it is possible to realize the very significant role of women. Guided by the theoretical and methodological analyzes of literacy, especially from the states in which Magda Becker Soares (2006) and Justin Pereira de Magalhães (1994, 2001), we understand that women's practices related to the written word should be addressed based on a perspective that values individual skills, knowledge and personal that are forged to shape the daily lives of subjects.

Key-words: education, women's history, colonial Minas

Este artigo é fruto da pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. A investigação apresenta como objeto de estudo a inserção social feminina em Minas Gerais nos séculos XVIII e início do XIX a partir do contato com os elementos da cultura escrita.

A metodologia empregada busca apreender a circulação, interpenetração e utilização de saberes no período colonial, pautada na compreensão de que as práticas educativas são processos históricos dotados de particularidades e que extrapolaram os espaços responsáveis pela educação institucional. Para tanto, o entendimento dos papéis desempenhados pelas mulheres, dos espaços por elas freqüentados, de suas práticas cotidianas ou eventuais e das trocas culturais ocorridas neste contexto tornou-se indispensável. Para atingirmos o objetivo desta pesquisa, aprofundamos nossa compreensão acerca dos conceitos de letramento e de práticas educativas e buscamos rastrear, através da análise da documentação cartorial, indícios de práticas de letramento exercidas pelas mulheres no período estudado. Esses procedimentos metodológicos auxiliaram-nos a perceber de maneira mais detalhada as diferentes formas de relação com a instrução e com a cultura escrita como caminho para a apreensão, interpretação e o posicionamento diante da realidade social.

Por meio da análise dos testamentos *post mortem*, pertencentes ao arquivo do Museu do Ouro/IBRAM/Casa Borba Gato em Sabará-MG, da segunda metade do século XVIII e das primeiras décadas do XIX, buscamos colher informações sobre as relações estabelecidas com a cultura escrita, seja na elaboração dos discursos

presentes nos documentos oficiais, seja na interpretação, reafirmação e legitimação destes mesmos documentos.

A escolha da Comarca do Rio das Velhas como recorte espacial para esta pesquisa justifica-se uma vez que se tratava de uma das comarcas mais populosas da Capitania de Minas, o que proporcionou o desenvolvimento de diferentes atividades econômicas e sociais na região, sendo a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, fundada em 1711, sua sede. A Comarca do Rio das Velhas, a segunda a ser criada pela Coroa Portuguesa, ganhou este nome, de acordo com José Joaquim da Rocha, por ser em grande parte banhada pelo Rio das Velhas. Foi a maior da Capitania de Minas Gerais até a sua divisão, em 1720, que deu origem à Comarca do Serro Frio e, em 1815, à Comarca de Paracatu. Fazia divisa com as Comarcas de Vila Rica e do Rio das Mortes ao sul, com a Capitania de Pernambuco ao norte, a leste com a Comarca do Serro e a oeste com a Capitania de Goiás. Possuía as Freguesias de Santo Antônio da Roça Grande, de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral Del Rey, de Nossa Senhora da Conceição de Raposos, de Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras, de Nossa Senhora do Pilar de Congonhas e de Santo Antônio do Rio das Velhas.¹

A Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará era um espaço de grande socialização, local onde se encontrava o aparato administrativo da Coroa Portuguesa, possuía população considerável e uma economia diversificada. A vida social acontecia interligada à dinâmica religiosa tendo-se em vista, principalmente, a existência das irmandades leigas. De acordo com Caio César Boschi (1986): “em seu embrião, as

¹ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. p. 106.
e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 238-152 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

irmandades mineiras caracterizam-se por atender aos objetivos comuns das pessoas, não apenas quanto à religião, como também em relação à coesão e à proteção social.”²

Um importante espaço institucional para a educação feminina da Comarca do Rio das Velhas e região, fundado em 1716, foi o Recolhimento de Macaúbas, onde as recolhidas, pertencentes a famílias de diferentes camadas sociais, inclusive as órfãs de qualquer condição social, recebiam os ensinamentos adequados para desempenhar os papéis de esposa e mãe e poderiam ter acesso aos rudimentos da leitura e escrita. Muito embora houvesse o discurso educativo oficial, pautado nos preceitos cristãos, que objetivava a preparação da mulher para tais funções e da existência de lugares próprios para essas aprendizagens, percebemos, por meio da análise documental, que algumas mulheres exerceram atividades que em muito extrapolaram as diretrizes desses mesmos discursos. Ao travarem, de maneiras diversificadas e em diferentes espaços, contato com a cultura escrita, ampliaram sua atuação, como a presença decisiva na administração da indústria doméstica, assumindo, assim, importante lugar na configuração social.

Até o momento foram analisados cerca de 300 testamentos e criados campos de informações como nome, data, irmandade a que pertencia, estado em que a mulher se encontrava no momento da elaboração do testamento: se casada, viúva ou solteira, se possuía filhos, se assinou o documento com o nome, sinal de costume ou cruz e informações relevantes, como declarações ou narrativas dessas mulheres que possam indiciar formas de atuação no cenário social.

²BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1986. p. 150.

Com relação às referências teóricas e metodológicas nos ancoramos nos estudos de Justino Pereira de Magalhães (1994, 2001), autor que trabalha com o conceito de *literacia* para investigar as práticas de alfabetização e letramento no mundo rural do Antigo Regime em Portugal e nas reflexões de Magda Becker Soares (1998), Ângela B. Kleiman (1995) para compreendermos as práticas de *letramento* enquanto práticas sociais, bem como a multiplicidade de sentidos que esse conceito assume no Brasil. No que tange à compreensão e à definição de práticas educativas na colônia, fora dos espaços institucionais de educação, tomamos como base as análises desenvolvidas por Thais Nivia de Lima e Fonseca. Consideramos, igualmente, as orientações da História Social para a abordagem da trama social como cenário de conflitos, contradições e de elaboração de estratégias. As mulheres ao tecerem suas relações e agirem no cotidiano assumiram o lugar de sujeitos formuladores da vida social. Da mesma maneira, os estudos desenvolvidos pela História Cultural indicam caminhos para que possamos compreender as representações e as práticas engendradas por diferentes sujeitos, num dado momento histórico, como fatores configuradores do porvir social.

Esse arcabouço teórico nos permite abordar o passado como objeto de investigação à medida que tentamos apreender a percepção que as mulheres possuíam da realidade, as expectativas e valores. Possibilita-nos compreender ou evidenciar as diferenças entre as apropriações dos sujeitos, as mudanças, as singularidades, os contrastes e, apesar do padrão discursivo das fontes analisadas, as descontinuidades nos comportamentos expressos nas narrativas femininas. Dentro deste quadro, a investigação das vidas das mulheres que estabeleceram contato com a cultura escrita basea-se, também, na ideia de que os casos mais raros não

podem ser encarados como algo fora da história, mas podem nos servir como exercício de redução da escala de análise.

A partir das análises desenvolvidas, identificamos a realização de diferentes tarefas pelas mulheres, mesmo daquelas que declararam não saber ler nem escrever, como se alfabetizadas fossem, pois argumentavam serem capazes não apenas de cuidar, educar e ensinar os filhos, mas reger e administrar os bens. Mesmo quando os homens assumiram papéis de mediadores da relação entre as mulheres e o texto escrito, essas foram capazes de interpretar, demandar e definir aspectos importantes da vida social.

Neste sentido, alargamos nossa compreensão acerca dos conceitos de práticas educativas e de letramento. As diferentes práticas de letramento, entendidas aqui como práticas sociais, abriram caminhos para a atuação social das mulheres, ainda que mediadas pela pessoa que escrevia. Segundo Angela Kleiman, *letramento* pode ser definido como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”.³ Isso significa afirmar, que o fato de não redigirem de forma autônoma, não impediu as mulheres de elaborarem discursos ou interpretarem leituras, de exercerem práticas de letramento e atuarem na sociedade, visando resolverem suas necessidades cotidianas o que imprimiu marcas fundamentais na configuração social.

³ KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995. p. 19.

e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 238-152 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

O contato estabelecido com o escrito deve, portanto, ser considerado em todas as suas dimensões, detalhes e contradições, isto é, a despeito de ser a sociedade colonial marcada e legitimada pela palavra escrita e o aprendizado das primeiras letras apresentar-se como caminho para possível inserção social, mesmo as pessoas que não dominavam os rudimentos da escrita, dela fizeram uso e atuaram na sociedade. Interpretavam leituras e tomavam decisões a partir dessa interpretação, legitimavam documentos, marcando-os com seu sinal contumaz, além de testemunharem decisões e, para isso, assinarem os documentos, dentre outras ações.

Buscamos problematizar, baseados nessa percepção, as distintas maneiras de ler, escrever e interpretar desenvolvidas no mundo colonial que aconteciam em grande parte dos casos, mas não somente, na esfera religiosa. De acordo com Eliana Marta Lopes (1998), ao analisar a figura de Santana como uma das mais presentes no cenário colonial - particularmente na capitania de Minas - e suas relação com a história da mulher, da leitura e da escrita:

Os movimentos reformistas religiosos do início da modernidade deixam uma marca na educação e na cultura ainda não superados. Os movimentos protestantes darão à mulher, no que diz respeito ao seu acesso ao saber, e isso é, evidentemente, inerente à própria doutrina, maior possibilidade de atuar na sociedade através de uma alfabetização obrigatória e o direito de participar dos cultos e leituras com os seus maridos. O lugar da mulher na família e na sociedade muda (...) ⁴

Ao pensarmos nas possíveis formas de ler ou escrever, desenvolvidas pelas mulheres na colônia, salientamos que tais práticas não eram estanques no tempo. As situações e necessidades vivenciadas, como quando se tornavam viúvas e

⁴ LOPES, Eliana Marta. Nostalgia Aspiração pelo Livro. In: Filho, Luciano Mendes de Faria org., *Modos de ler Forma de Escrever, Estudo de História da Leitura e da Escrita no Brasil*. p. 49.

deveriam administrar os bens ou criar os filhos, demandaram conhecimentos e habilidades que foram sendo constituídos continuamente e que abriram espaço para a expressão de maneiras diferenciadas de conexão com o escrito.

Como nos esclarece a historiografia, no referido contexto, o ato de ler nem sempre se encontrava associado à escrita. Ler e escrever eram habilidades que, comumente, se desenvolviam em momentos distintos. É o que percebemos ao analisarmos o testamento de Dona Claudia de Souza Oliveira, esposa do Capitão Antonio Francisco Sarzedo, natural da freguesia Curral Del Rei: "... O qual testamento foi a meu rogo escrito pelo Francisco de Paula Oliveira Leite o qual depois mo leu. Eu também o li e por achar conforme o ditei o assinei..."⁵ Apesar de não redigir o documento, a testadora afirma que além de ditá-lo, o leu, demonstrando a habilidade de organização das idéias de maneira inteligível e a capacidade de leitura. Podemos pensar que quem escrevia o documento era responsável por organizar o discurso de forma lógica, fator, entretanto, que não apaga a atuação de quem o ditava. Ao ditarem os textos, as mulheres, por mãos alheias, escreveram suas decisões ao mesmo tempo em que se inscreveram no mundo da escrita. Contudo, não podemos inferir que as testadoras, ao solicitarem a outros a escrita de seus testamentos, não soubessem escrever, pois era praxe que o documento fosse redigido a rogo do testador por alguém de confiança e maior habilidade para tal, como o padre, reverendo ou tabelião. Seja como for, fica evidente, em vários casos, que as testadoras possuíam a habilidade de leitura e, a partir da mesma, legitimam suas ações expressas no texto. É exemplar dessa

⁵ Livro Registro de Testamentos (CPO) 78 (6) – 1818. Museu do Ouro/IBRAM/ Casa Borba Gato. p. 92.

situação, o caso de Thereza Gomes de Macedo, natural da freguesia de São Miguel do Piracicaba: "mandei escrever este pelo capitão Felipe Anastácio Correia Barros e que como testemunha assinasse e eu depois de ler este e achá-lo conforme o ditei me assino com meu nome e firma." ⁶ Ou ainda o de Mariana Constância de Macedo: "mandei escrever este pelo capitão Joaquim Pereira da Rocha que depois de escrito sendo por mim lido e pelo achar conforme ao que ditei o assinei..."⁷ Da mesma maneira, confirmam a leitura do documento Angélica Maria do Rosário, natural da freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila de Caeté: "... e eu depois de ler e achar todo feito segundo a minha vontade o assinei com a minha firma costumada..." e Clara Maria da Cunha: "...pedi a José de Couto Ribeiro que este por mim fizesse e como testemunha o assinasse e a meu rogo assina Francisco Ferreira de Araujo por eu ler palavra por palavra e achar estar em tudo conforme eu o tinha ditado ..." ⁸ e, também, a testamenteira Branca Quitéria, natural da freguesia da Vila do Príncipe: "pedi e roguei ao alferes José Felipe Ferreira que este por mim fizesse e como testemunha assinasse cujo o li e por estar conforme minha última e derradeira vontade somente o assinei..."⁹

A leitura do documento implicava ação interpretativa, uma vez que o testador afirmava estar ou não de acordo com o que fora escrito, confirmando o que havia ditado. As mulheres ao lerem o documento, além de demonstrarem certo grau de letramento, afirmam sua capacidade de entendimento do conteúdo que se referia a decisões significativas do cotidiano como, por exemplo, a alforria de escravos ou a partilha de bens.

⁶ LT (CPO) 77 (92) - MO/IBRAM/CBG - 07/03/1803. p. 60v.

⁷ LT (CPO) 71 (02) - MO/IBRAM/CBG - 06/10/1805. p. 39v.

⁸ LT (CPO) 68 (87) - MO/IBRAM/CBG - 22/03/1812. p. 56v.

⁹ LT (CPO) 57 (76) - MO/IBRAM/CBG - 01/08/1813. p. 228v.

Devemos, portanto, considerar, como aponta Magalhães (1998, 2004) a existência de graus diferenciados de letramento que possibilitaram o trânsito e atuação dos sujeitos no espaço social. Partimos da premissa de que a leitura não é algo passivo, mesmo em se tratando da leitura outiva. Este processo cognitivo possibilita a construção de sentidos e significados e, em última instância, a instrumentalização do sujeito para uma participação social. “A leitura marca um segundo momento da cultura escrita correspondendo à capacidade para a decodificação, compreensão, recriação de mensagens escritas ou ouvidas”¹⁰. Esta especificidade da escrita deve ser considerada para que possamos compreender a decifração e a construção de sentido por parte das mulheres no contexto em que viviam. Mais do que apenas seguirem trâmites formais, elas tomaram decisões ao se apropriarem da forma e dos mecanismos de comunicação e de persuasão, próprios dos discursos contidos nos testamentos para se fazerem compreender e para fazerem valer as suas vontades. Os conteúdos discursivos ao serem ditados guardam e revelam formas de expressão que se revestem de padrões escritos.

A despeito do que afirma correntemente a historiografia acerca da educação feminina, que a mesma era diferenciada com relação à masculina, pois o acesso e o aprendizado das primeiras letras pelas mulheres era restrito, podemos inferir, com base na análise documental e se partirmos de uma compreensão mais alargada do que seja práticas educativas e letramento, que além das mulheres enviadas aos recolhimentos, as quais muitas vezes adquiriam conhecimentos básicos de leitura e escrita, mas, também aquelas que não tiveram acesso à educação institucionalizada

¹⁰ MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. p. 44.

desenvolveram níveis de letramento no contato cotidiano com a cultura escrita. Neste aspecto, cabe ressaltar que grupos diversificados da população apresentaram relações distintas e criativas com o universo escrito. Ao estudar, por meio da análise dos testamentos, as estratégias e práticas educativas dos negros na Comarca do Rio das Velhas no século XVIII, Silva (2011) afirma:

No momento da escrita de um testamento, um conjunto de habilidades, comportamentos e conhecimentos são exigidos do testador, os quais acionavam mecanismos da compreensão, da expressão lógica e verbal para elaborar um documento que expressa a sua vontade. Ao transitar entre o oral e o escrito, o testador elabora mentalmente seu relato e o escrevente transcreve no padrão de um documento formal... Estava em curso um processo de elaboração pedagógica de vivências e das experiências de aprendizagens informais inscritas nos espaços de sociabilidades e nas mais diversas relações pessoais estabelecidas cotidianamente.¹¹

Somada à expressão das vivências, das práticas de sociabilidades, é possível identificar a manifestação dos desejos, vontades e crenças. Como salienta a autora, o testador lança mão de habilidades e conhecimentos para expressar suas idéias e experiências. Contudo, devemos pensar na existência do que poderíamos denominar filtros no processo de escrita desses documentos. As proposições ditadas pelas mulheres são filtradas por quem escreve, tanto na ação interpretativa quanto no momento da redação dos textos. “O processo de elaboração pedagógica de vivências e das experiências de aprendizagens”, como mencionado acima, deve ser relativizado à medida que não é forjado individualmente. Ao elaborarem o testamento, testadoras e escreventes, conjuntamente, conferiam sentido textual às experiências, vivências e aprendizagens femininas.

¹¹ SILVA, Solange Maria da.; FONSECA. Thaís Nivia de Lima e. *Estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas no século XVIII*. p. 96.

Os testamentos setecentistas deixam transparecer, portanto, preocupações de ordem religiosa, econômica, social, familiar. Logo ao iniciar a feitura do documento fica evidente a importância da religiosidade, a preocupação com a salvação da alma, mas, além dessa característica, constatamos a relevância de outras ações, como o pagamento de dívidas, o acerto de créditos, a efetivação da palavra. Todo esse conjunto de atitudes era sistematizado para a construção de um discurso que se, por um lado, mostrava-se formal, por outro, emergia em sua criatividade e singularidade. Encontramos, assim, mulheres que deliberaram sobre os negócios ou bens da família, como propriedades, escravos, dívidas e créditos. Afirmaram que pretendiam deixar ou deixaram escrito, assinado ou registrado suas determinações. Caso expresso no testamento de Izabel Maria de Jesus, natural da freguesia de Nossa senhora da Conceição de Raposos, filha legítima do Alferes João Martins Gomes e de Thereza Maria de Jesus: "pretendo fazer um caderno codicilar e o que nele se achar por mim escrito ou assinado valerá como parte deste meu testamento..."¹² ou da testamenteira Ana Maria Barbosa, natural da cidade do Rio de Janeiro, filha legítima de Antonio de Caldas Barbosa e de Dona Eugênia Maria Rosa: "sendo assim ordeno o meu testamento quero e é de minha vontade que o meu testamenteiro e herdeiro nem seja obrigado a fazer inventário, nem a dar contas em juízo visto que disposições que fiz lhe deixei em carta particular ..." ¹³ ou ainda Ana Maria de Jesus, natural da freguesia de Santa Luzia, filha de Antonio Ribeiro Pinto e Maria de Jesus:

¹² LT (CPO) 76 (5) - MO/IBRAM/CBG - 05/10/1820. p.93 v.

¹³ LT (CPO) 76 (5) - MO/IBRAM/CBG - 19/07/1802. p.118 v.

Declaro que tenho um livro ou caderno que numerei e rubriquei com minha rubrica que diz de Jesus e contem vinte e duas folhas. Neste livro estão algumas disposições minhas, e tenho de acrescentar outras, é minha vontade que este livro se apresente em juízo e tenha vigor como parte deste testamento, ou como codicilo aprovado dando-se vigor às declarações que estiverem por mim assinadas e desprezando-se aquelas que eu declarar sem efeito e se alguma venha se achar aqui neste testamento ao mesmo tempo somente se entenderá como repetida ou explicada, mas não como verbo inverso, e do mesmo livro é minha vontade que valham tanto as declarações no todo escritas por mim como aquelas que foram escritas por outrem, e assinadas com o meu nome inteiro...¹⁴

Tais exemplos nos revelam a atuação feminina no cenário social a partir da elaboração de mensagens escritas e legitimadas por suas assinaturas, leituras, interpretações e sinais. No exemplo acima, a testadora enfatiza a relevância de sua rubrica como sinal de distinção e validação das vontades, atestando, assim, a importância e o simbolismo do escrito para o desenrolar da vida cotidiana. Ressalta que as disposições que fez também teriam validade se escritas por outra pessoa, mas, desde que certificadas por sua assinatura, o que deixa transparecer a liberdade em escolher as decisões que teriam “inteiro vigor”, ao longo do tempo. O ato de redigir o testamento de maneira autônoma, neste momento, assume lugar secundário diante da potencialidade das resoluções ditadas, ouvidas, lidas, interpretadas e legitimadas pela escrita de seu nome inteiro.

A leitura, o contato com a escrita e os vieses para sua utilização impregnaram a vida dos sujeitos nas práticas comerciais, na religiosidade, na administração da casa. Frisamos a importância do lugar assumido pelo escrito na sociedade da época, proporcionando o funcionamento social. Não obstante o fato da maioria da população não ser alfabetizada, o que significa dizer que não dominava os códigos de escrita e que não escrevia autonomamente, é fundamental destacarmos a

¹⁴ LT (CPO) 76 (5) - MO/IBRAM/CBG - 28/07/1821. p. 142.
e-hum, Belo Horizonte, Vol.5, N.2, pp. 238-152 (2012). Editora uniBH
Disponível em: www.unibh.br/revistas/ehum

desenvoltura das mulheres nas relações estabelecidas com o universo escrito. Suas narrativas, interpretações e leituras se prolongaram, resvalando na sociedade. A apropriação e a recriação dos discursos tornaram-se constantes, legitimaram a existência social e assinalaram as trajetórias individuais.

Referências bibliográficas

ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1999.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Brasília, 1993.

ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In: Souza, Laura de Mello. *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. v. I. SP: Companhia das Letras, 1997.

ARAÚJO, Regina Mendes de. Mulheres de Vila do Carmo: a preocupação com a “Boa Morte” (1713-1750). *Temporalidades – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. 1, n.º 2, ago./dez. 2009. p. 85-106.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o Poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Letras, ofícios e bons costumes. Civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Processos e práticas educativas no século XVIII: um estudo sobre fontes de pesquisa*. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. XXIII Simpósio Nacional de História: História, guerra e paz. Londrina: Editorial Mídia, 2005. v. 1. p. 1-8.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *Historiografia da Educação na América portuguesa: balanço e perspectivas*. Anais do II Congresso Mineiro de História da Educação em Minas Gerais. Uberlândia: EDUFU, 2003.

GORGULHO, Talítha Maria Brandão; LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de. *Aos órfãos que ficaram: estratégias e práticas educativas dos órfãos de famílias abastadas da comarca do Rio das Velhas (1750-1800)*. 2011. 121 f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

KLEIMAN, Angela B. (org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LOPES, Eliana Marta. Nostalgia Aspiração pelo Livro. In: Filho, Luciano Mendes de Faria org., *Modos de ler Forma de Escrever*, Estudo de História da Leitura e da Escrita no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 1988.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. *Alquimias da escrita: alfabetização, história desenvolvimento no mundo ocidental do Antigo Regime*. São Paulo: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MORAIS, Christianni Cardoso. *Para aumento da instrução da mocidade de nossa pátria: estratégias de difusão do letramento na vila de São João Del Rei (1824-1831)*. (Dissertação de Mestrado) FAE- UFMG.

PRIORE, Mary Del. *Mulheres no Brasil Colonial*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais*. Estudo crítico de Maria Efigênia Lage Resende. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Donas e Plebéias na Sociedade Colonial*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002.

SILVA, Solange Maria da.; LIMA E FONSECA, Thaís Nivia de. *Estratégias e práticas educativas dos negros na comarca do Rio das Velhas, século XVIII*. 2011. 147 f. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

SOARES, Magda B. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n.25, p. 5-17, 2004.

SOARES, Magda B. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998